

# Passagem para a modernidade

13 NOV 1991

JOSÉ NÉUMANNE

Enquanto o governo federal mobilizava suas tropas de assalto para garantir a aprovação, na Comissão de Orçamento do Congresso Nacional, das verbas para a construção dos Ciacs, o do Estado de São Paulo preparava seu Programa de Reforma do Ensino Público. A diferença entre os dois é gritante: os Ciacs, inspirados no Cieps do governo do Rio, Leonel Brizola, são, tipicamente, hardware, enquanto a escola-padrão de Luiz Antônio Fleury Filho e Fernando Morais é software puro. Isso quer dizer que o primeiro tipo de estabelecimento de ensino cuida do equipamento e o segundo, do processo educacional propriamente dito.

Apesar de todo o barulho feito pelo governo federal, as cópias dos Cieps, os Ciacs, não passam de jogo de cena para promover o namoro, hoje público, entre Collor e Brizola. Em tese, escolas em período integral, com assistência médica, dentária e nutricional para crianças carentes, não deveriam ser passíveis de críticas. Mas num país de carências básicas desatendidas como o Brasil, onde as escolas estão ruindo e os professores passando fome, chega a ser cínico promover a demagogia barata do privilégio caro. No fundo, a construção dos Cieps ou Ciacs pode



resultar em comissão do empreiteiro de obras, não em educação, pois atende à construção civil, não à instrução pública.

O programa paulista partiu de palpites de especialistas das mais diversas ideologias: do petista Luís Carlos Menezes ao liberal xiita Oliveiros Ferreira, ambos da USP, das tucanas Guiomar Namó de Mello e Gilda Portugal Gouveia aos empresários João Di Genio e Andrea Matarazzo. O pluralismo proposital desse Núcleo de Gestão Estratégica, montado pelo secretário da Educação, Fernando Morais, terminou por desenhar, talvez de forma involuntária, um plano absolutamente anti-Ciac-Ciep. Pois, nele, a escola é definida como "nada de espetaculosa ou fora de comum", mas capacitada a dar "ensino de alta qualidade": sua arquitetura adapta-se, obrigatoriamente, ao lugar onde está instalada.

O Brasil não precisa de pirâmides nem de gabinetes dentários sofisticados nas escolas. Urge, isso sim, aumentar a carga horária dos alunos, para o País se adaptar à realidade da Revolução do Conhecimento, em plena Terceira Revolução Industrial. O plano paulista prevê o aumento da carga horária de 720 para mil horas por ano, o que levou o presidente Fernando Collor e o ministro da Educação, José Goldemberg, a também decretarem o aumento das horas de aulas nas escolas federais para 800 por ano. Para competir com os novos tigres asiáticos, o Programa de Reforma é modesto:

ESTADO DE SÃO PAULO

Japão e Coreia dão duas mil horas de aulas por ano a seus estudantes. Mas já chegou a um nível próximo da atividade escolar das crianças alemãs, americanas ou francesas.

Ele preenche, ainda, lacunas importantíssimas no sistema educacional brasileiro, não enxergadas por Leonel Brizola nem por Fernando Collor. A principal delas é a baixa remuneração, a desqualificação profissional e o desprestígio social do professor, atualmente. Do outro lado da linha se situa a falta de cobrança de seu desempenho. No programa, que Fernando Morais considera "a cara de Fleury", se prevê remuneração e qualificação profissional do professor, tendo, como consequência viável, a recuperação do prestígio perdido e, como contrapartida inevitável, a necessidade da avaliação dos resultados de seu trabalho, com critérios mais rigorosos que os atuais (se é que existem), pela sociedade, que, afinal, paga as contas.

O Brasil não pode mais marcar passo na educação, se quer conquistar um lugar no trem de partida para o futuro. Investir em Cieps e Ciacs é marcar encontro com o atraso, na estação da demagogia. Mas, se for mesmo realizado, em toda a sua extensão, o plano de Fleury e Fernando Morais, por enquanto apenas no papel, será o bilhete da passagem para o vago da modernidade.